

A. I. N° - 269101.0041/21-7
AUTUADO - SUPERMEDEIROS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - LUIZ CESAR OLIVEIRA SANTOS
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ AGRESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 15/06/2022

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0085-01/22-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES NÃO ESCRITURADAS. O contribuinte deixou de lançar em sua Escrituração Fiscal Digital diversas Notas Fiscais de Consumidor, eletrônicas, regularmente emitidas para seus clientes. Indeferido o pedido de diligência. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 10/12/2021, refere-se à exigência de crédito tributário no valor histórico de R\$ 51.432,11, mais multa de 100%, em decorrência da seguinte irregularidade:

Infração 01 – 002.001.002: Deixou de recolher, nos prazos regulamentares, ICMS referente as operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de fevereiro a dezembro de 2018; janeiro a dezembro de 2019; e janeiro a outubro de 2020.

“O contribuinte emitiu Notas Fiscais de Consumidor eletrônicas, porém, algumas delas não foram lançadas na Escrituração Fiscal Digital. Com esse procedimento o contribuinte deixou de recolher ICMS, relativo à falta desses lançamentos, em vários meses dos exercícios de 2018, 2019 e 2020”.

“Obs.: As chaves das NFCe não registradas não constam no livro Registro de Saída”.

Enquadramento Legal: art. 2º, inciso I e art. 32, da Lei nº 7.014/96 C/C art. 332, inciso I, § 6º, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte foi notificado do Auto de Infração em 20/12/2021 (DT-e à fl. 16) e ingressou tempestivamente com defesa administrativa em 18/02/2022, peça processual que se encontra anexada às fls. 20 a 23.

Em sua peça defensiva, a Impugnante diz que razão assistiria à pretensão fiscal, se, e somente se, ao realizar a verificação do imposto devido, tivesse levantado todos os aspectos da obrigação.

Afirma que este não foi o caso, aduz que atua no ramo de supermercados, tendo mais de 1900 itens listados, com centenas de notas emitidas ao dia via sistema, e que dessa forma as nomenclaturas e os códigos de alguns produtos podem ser alterados num espaço de tempo ínfimo, muitas vezes implicando em uma nova nomenclatura sem alterações de preço.

Diz ser público e notório que, o sistema de controle de saídas, baseado apenas e tão somente nas chaves das notas e o código dos produtos, com um leque tão grande de mercadorias, costuma possuir pequenas e corrigíveis falhas humanas, não aceitas pelo sistema, mas que, não causam qualquer prejuízo ao fisco.

Assinala que fazer “vistas grossas” a esta realidade, e limitar-se a aplicar a regra fria do SINTEGRA vai de encontro à política governamental de promoção das pequenas empresas que, ao longo dos anos, vem reduzindo a carga tributária do setor, para melhorar a vida do cidadão, e que, com este tipo de autuação, jamais alcançará tal objetivo.

Acrescenta que está questionando tanto a diferença de quantidades, quanto a presunção decorrente, tendo em vista que, os equívocos de uma repercutem na outra, prejudicando a formação do “*quantum debeatur*”.

Pontuando que as planilhas e lançamentos eletrônicos acompanham todo o procedimento fiscal, considera desnecessária a juntada de novas planilhas de valores para a compreensão e

visualização da “pseudo” diferença detectada.

Enfatiza que o valor apurado se refere a mais de 1900 itens, e considera exíguo o tempo para a apresentação de defesa com o cotejamento de todos os itens.

Ao final, pugna pela realização de diligência por estranho ao feito, visando comprovar a IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

O autuante presta informação fiscal às fls. 26/27, dizendo que na peça defensiva, o contribuinte não trouxe elementos que possam anular no todo ou em parte as cobranças presentes na ação fiscal.

Aduzindo que a peça é meramente protelatória, pede que o presente PAF seja julgado PROCEDENTE.

VOTO

Preliminarmente, verifico que o presente Auto de Infração atende aos requisitos legais, estando presentes todos os pressupostos exigidos na norma para a sua validade, especialmente os artigos 142 do CTN e 39 do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99), pelo que passo à análise do mérito, como se segue.

Em relação ao pedido de diligência formulado no final da peça defensiva, nego, por entender que os dados constantes no processo são suficientes para a sua apreciação, nos termos do artigo 147 do RPAF/99.

Ressalte-se que a diligência, mais do que qualquer coisa, é prerrogativa dos julgadores, diante do seu entendimento ou da necessidade de coligir ao feito elementos que aclarem a discussão da lide, o que não é o caso do presente feito.

Ademais, não observou o autuado o teor do artigo 145 do RPAF/99, o qual determina que o interessado, ao solicitar a produção de prova ou a realização de diligência ou perícia fiscal, deverá, no pedido, fundamentar a sua necessidade, o que em momento algum conseguiu figurar na defesa formulada.

A autuação refere-se à falta de recolhimento do ICMS, relativo a operações não escrituradas, tendo em vista que o contribuinte deixou de lançar em sua Escrituração Fiscal Digital diversas Notas Fiscais de Consumidor eletrônicas, regularmente emitidas para seus clientes.

O autuado contestou a exigência, alegando que trabalha no ramo de supermercados; que comercializa mais de 1900 itens com centenas de notas emitidas por dia, via sistema; que nomenclaturas e códigos de produtos mudam em um espaço ínfimo de tempo; que o sistema de controle de saídas baseado apenas nas chaves das notas e códigos de produtos, costuma possuir pequenas e corrigíveis falhas humanas não aceitas pelo sistema, mas que não causaram qualquer prejuízo ao fisco.

Todavia, não apontou qualquer falha nos demonstrativos que embasaram a autuação (mídia à fl. 13), inclusive considerando desnecessária a juntada de novas planilhas de valores, além das que foram elaboradas na ação fiscal, limitando-se a alegar que não procede a diferença detectada.

O artigo 123 do RPAF/99, assegura ao sujeito passivo o direito de fazer a impugnação do Auto de Infração, devendo a defesa ser acompanhada das provas que o contribuinte tiver, inclusive levantamentos e documentos referentes às suas alegações, haja vista que a simples negativa de cometimento da infração, não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de veracidade da autuação fiscal, conforme previsto no art. 143, do RPAF/99.

Portanto, apenas a contestação do sujeito passivo, sem apresentar qualquer documento ou demonstrativo que apontasse algum erro cometido no levantamento fiscal, no qual se fundamenta a autuação, não o exime da presente imputação.

Do quanto exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 269101.0041/21-7**, lavrado contra **SUPERMEDEIROS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 51.432,11**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 24 de maio de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR